



GT 027. Conflitos Socioambientais, Conhecimento Tradicional e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central

Franklin Plessmann de Carvalho (UFRB) - Coordenador/a, Carmen Lúcia Silva Lima (Universidade Federal do Piauí) - Coordenador/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (Universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Helciane de Fátima Abreu Araujo (Universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a

No contexto atual, povos e comunidades tradicionais estão sendo impactadas por políticas governamentais e agroestratégias implementadas por conglomerados econômicos produtores de commodities agrícolas. O Grupo de Trabalho, aqui proposto, reunir pesquisadores que estejam refletindo sobre conflitos socioambientais vivenciados por povos e comunidades tradicionais em decorrência dos referidos empreendimentos. A análise privilegiar a relação que se estabelece entre as ações de pesquisa e as ações de resistência, com destaque para a interação entre conhecimentos tradicionais e acadêmicos na formulação e crítica ao desenvolvimento sustentável. Terão prioridades propostas de trabalho que tratem de investigações realizadas na região do Brasil Central, que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, norte de Minas Gerais e sul do Pará. A pretensão é socializar os resultados de experiências etnográficas com apoio de cartografias sociais que estejam dialogando com outras produções que abordem os conflitos socioambientais no Brasil Central.

Megaempreendimentos nas áreas de celulose e cana de açúcar e povos e comunidades tradicionais: um contraponto entre o oeste e o leste do Maranhão.

Autoria: Helciane de Fátima Abreu Araujo

No Maranhão, o núcleo de pesquisadores do Projeto Brasil Central está realizando um mapeamento das unidades sociais impactadas por megaempreendimentos de produção de celulose e de cana de açúcar em duas situações específicas que envolvem trabalhadores (as) rurais e quebradeiras de coco babaçu dos municípios de Imperatriz e Campestre do Maranhão (oeste do Estado) e dos municípios de Coelho Neto, Afonso Cunha e Caxias (leste do Estado). A partir de levantamento de informações em fontes secundárias, pesquisas de campo e oficinas de mapas, estão sendo construídos dois mapas situacionais e dois boletins que revelam as estratégias dos megaempreendimentos como a Suzano Celulose S.A. e a multinacional Maity Bioenergia S/A, no oeste do Maranhão, procurando-se, por outro lado, compreender a extensão desses negócios e suas articulações com autoridades políticas e com os planos oficiais de desenvolvimento em outra área específica como o leste maranhense, onde mega empreendimentos de cana de açúcar, celulose e arroz também impactam a vida de famílias trabalhadores (as) rurais, imobilizando, inclusive a força de trabalho. Em ambas situações, observaram-se efeitos ambientais que nos sugerem desmatamento duradouro de grandes extensões de terras e, acima de tudo, provocaram nas últimas décadas mudanças nos padrões tradicionais de sobrevivência dos seus moradores. Ressalta-se que estas áreas se fundem com os limites da área urbana, e em torno das quais gravita a cidade. Verificou-se, ainda, que os programas e planos de desenvolvimento econômico voltados para o agronegócio no Maranhão, desde a década de 1970, têm culminado em processo de devastação e destruturação, combinado como a intensificação das práticas ilegais de grilagem e desmatamento, resultando em devastação generalizada dos recursos naturais, negando os direitos de povos e comunidades tradicionais e fragilizado as formas de uso, preservação e controle dos recursos naturais por parte desses segmentos sociais. Na região de Coelho Neto e Caxias, nas últimas duas décadas, percebe-se



uma maior diversificação tanto em nível de megaempreendimento quanto nos produtos comercializados. O projeto objetiva investigar as relações que essas empresas estabelecem entre si no domínio e controle dos recursos naturais, nas formas de comercialização e nas agroestratégias que constroem e compartilham entre elas e investigar as formas como as famílias de trabalhadores rurais, quebradeiras de coco e quilombolas estão se organizando e criando estratégias de resistência a atuação desses grandes empreendimentos na região.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

